

Representações de jovens estudantes sobre a ditadura militar brasileira¹

Young Students' Representations of the Brazilian Military Dictatorship

Luis Fernando Cerri*

Maria Paula Costa**

Janaína de Paula do Espírito Santo***

RESUMO

Nos últimos anos, o debate sobre o ensino da história recente no Brasil ganhou destaque, especialmente diante do surgimento de movimentos de extrema direita que defendem ideias de retorno à ditadura militar. A compreensão da história recente influencia a cultura política, o que se demonstra neste estudo com jovens brasileiros, que apresentaram visões variadas sobre os governos militares. Embora haja uma tendência geral de posicionamento neutro em relação à ditadura militar, há uma leve inclinação para visões favoráveis, embora menos pronunciada do que em outros países latino-americanos. A análise estatística incluiu o uso da escala de Likert e a criação de um índice de apoio à ditadura militar, que mostra uma leve predominância de apoio, mas com grupos

ABSTRACT

In recent years, the debate on the teaching of recent history in Brazil has gained prominence, especially in the face of the emergence of extreme right-wing movements that advocate ideas of a return to the military dictatorship. The understanding of recent history influences political culture, which is demonstrated in this study with young Brazilians, who presented varying views on military governments. Although there is a general tendency to be neutral towards the military dictatorship, there is a slight inclination towards favorable views, although less pronounced than in other Latin American countries. Statistical analysis included the use of a Likert scale and the creation of an index of support for the military dictatorship, which shows a slight predominance of support, but with equal groups between

* Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil. lfcerrri@uepg.br <<https://orcid.org/0000-0002-9650-0522>>

** Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Guarapuava, Paraná, Brasil. paulaecosta@gmail.com <<https://orcid.org/0000-0002-6750-2887>>

*** Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil. jana@uepg.br <<https://orcid.org/0000-0002-4566-4228>>

equitativos entre rejeição, indiferença e apoio às narrativas da ditadura.

Palavras-chave: Representações sociais; Cultura histórica; Juventude; Ditadura militar.

rejection, indifference and support for the narratives of the dictatorship.

Keywords: Social Representations; Historical Culture; Youth; Military Dictatorship.

Há quase dez anos, o debate curricular entre docentes, historiadores, formadores de opinião e políticos sobre a Base Nacional Comum Curricular colocou em foco, além de outros tópicos, o grau de importância a ser atribuído ao ensino da história recente (CLETO, 2016; SILVA, 2018, entre outros). Nos anos seguintes, a realidade política e social no Brasil se encarregou de mostrar o quanto a aprendizagem rigorosa sobre a história recente fez e faz falta em nossa sociedade, dada a emergência de um movimento de massas de extrema direita, engajado com ideias totalitárias de retorno da ditadura militar e de legitimidade de golpes contra a democracia.

Não há dúvida de que os apoiadores desses movimentos extremistas de direita têm um perfil predominantemente branco, de classe média e alta e com mais idade. Isso pode ser comprovado por diversas fontes, mas a título de exemplo, tomemos o relatório do ato de 25 de fevereiro de 2024 feito pelo Monitor do Debate Político no Meio Digital, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP, 2024).² O ato foi realizado em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro, que se dizia perseguido pelo Judiciário com a acusação de orquestrar uma tentativa de golpe de Estado em 08/01/2023. A amostra de pessoas presentes nessa manifestação, autointitulada “em defesa do Estado democrático de direito”, contém o grupo mais aderido e aguerrido ao bolsonarismo, a ponto de dedicar recursos – tempo, dinheiro, esforço... – para ir às ruas manifestar apoio ao ex-presidente. Nessa amostra, o desenho da pirâmide etária brasileira praticamente se inverte: as pessoas de 16 a 34 anos perfazem apenas 11%, enquanto aqueles acima de 35 contribuem com os outros 89%. A mesma inversão ocorre no que diz respeito ao sexo, sendo 62% homens e 34% mulheres. Ainda assim, não se pode perder de vista que os apelos da extrema direita ganham crescente resposta positiva entre os jovens em idade escolar e universitária.

Qual é a relevância, afinal, das ideias sobre os processos históricos que circulam e/ou predominam nos diversos estratos da população? Neste texto,

partimos do princípio de que tais ideias ou representações sobre o passado estão intrinsecamente ligadas com os padrões de compreensão e ação na vida política. Isso ocorre porque as relações dos indivíduos com o sistema político são permeadas por padrões culturais – a chamada cultura política – que dependem em grande parte da maneira pela qual os cidadãos representam o sistema político, seus agentes e o próprio papel pessoal ou coletivo ao longo do tempo.

De acordo com Almond e Verba (1989), a orientação política de um indivíduo está vinculada ao conhecimento que tem da nação e do seu sistema político em termos gerais, sua história, localização, poder e características constitucionais, mas também aos sentimentos que nutre no tocante a essas características sistêmicas, ao conhecimento que tem das estruturas e papéis das elites e propostas políticas no fluxo ascendente de produção de políticas públicas, como se sente sobre elas, ao conhecimento que tem do fluxo descendente de execução das políticas, estruturas, indivíduos e decisões envolvidas nesses processos, assim como os sentimentos e opiniões sobre esse fluxo, e, por fim, ao modo como se percebe como membro do sistema político, o quanto conhece dos direitos, obrigações e estratégias para ter acesso à influência sobre a política, além de como se sente sobre essas capacidades, que normas de participação e performance é capaz de reconhecer e empregar. Dessa extensa lista, cabe notar que a história – tal como os indivíduos conhecem, percebem, significam, sentem-se em relação a ela – está na base da constituição dos saberes e dos sentimentos sobre o sistema político.

Muito rapidamente, um exemplo é que se sou do meio popular e estou convencido de que o Estado sempre funcionou pela ação das elites e não das pessoas simples, eu estou condicionado – mas não determinado – a permanecer fora das disputas políticas como sujeito, e me coloco como cliente dos agentes políticos. Um efeito parecido ocorre se entendo que posso ser sujeito político, mas conheço, acredito e me sinto ao mesmo tempo indignado e desmotivado com a “sujeira” da política e a incapacidade do sistema de funcionar de forma justa e correta. Os conhecimentos históricos, os sentimentos em relação aos sujeitos, objetos e instituições na história que conheço e as minhas avaliações sobre esse conjunto jogam um papel decisivo na ação, paixão ou omissão política dos indivíduos. Dentro desse raciocínio, defendemos que o conhecimento histórico ensinado e aprendido de modo ético (BAETS, 2013),

ou seja, não negligente, é capaz de promover a profilaxia de ações antidemocráticas contra as quais o Brasil se debate em sua história, remota ou recente.

O projeto Residente³ foi uma pesquisa interinstitucional e internacional por iniciativa do Grupo de Estudos em Didática da História, da UEPG, à qual o autor e as autoras são vinculados. O projeto de pesquisa envolveu a análise de uma amostra considerável de 6.650 jovens em toda a América Latina, coletada entre março e setembro de 2019. Embora essa amostra não represente todas as regiões devido a restrições financeiras, sua magnitude a torna significativa para as conclusões. A pesquisa se concentra em jovens de 15 ou 16 anos (abordados em turmas de ensino médio), escolhidos por terem estudado grande parte da narrativa histórica canônica (Histórias nacionais e História geral) ensinada. Em cada cidade em que houve pesquisadores voluntários foram coletadas respostas de pelo menos 90 jovens de uma escola pública e 60 de uma escola privada do município, conforme os contatos dos pesquisadores locais e a concordância das escolas em participar. A escolha das turmas que participariam dentro de cada escola foi aleatória, e foram tomadas as medidas aprovadas pelo comitê de ética para garantia de não participação se fosse o caso, ou de participação livre e esclarecida.

Os questionários, predominantemente baseados na escala de Likert, forneceram *insights* sobre diversos aspectos, desde percepções sobre ditaduras militares até métodos de ensino e aprendizagem de história. Esses questionários também exploraram a consciência histórica e a cultura política dos participantes. Além disso, o questionário direcionado aos professores abordou aspectos relacionados à formação acadêmica, práticas pedagógicas e percepções sobre a importância da história.

A análise estatística adotada incluiu estudos descritivos, como frequências e distribuições, além de correlações entre diferentes variáveis. Um ponto de destaque foi o uso da bússola política, uma ferramenta estatística que busca identificar a posição política dos respondentes com base em uma análise multidimensional, desafiando a tradicional divisão entre esquerda e direita.

Em resumo, o estudo oferece uma análise abrangente das percepções e conhecimentos históricos dos jovens latino-americanos, bem como das práticas pedagógicas dos professores da região. Para este texto, será usada a amostra de estudantes coletada no Brasil. Foram 3.920 questionários respondidos, distribuídos no espaço conforme detalha a Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição dos questionários do Projeto Residente no Brasil por região e estado

Região	Estado	Frequência	% total	% válido
Sudeste	São Paulo	141	3,7	4,1
	Minas Gerais	258	6,8	7,5
	Rio de Janeiro	249	6,6	7,3
Nordeste	Bahia	1342	35,4	39,2
Centro-Oeste	Goiás	103	2,7	3,0
Sul	Paraná	1111	29,3	32,4
	Santa Catarina	127	3,4	3,7
	Rio Grande do Sul	94	2,5	2,7
TOTAL VÁLIDO		3425	98,1	100,0
Informação ausente		72	1,9	
TOTAL GERAL		3790	100,0	

Fonte: Dados organizados pelos autores a partir da base de dados do Projeto Residente, 2019.

Vamos nos concentrar nas respostas da questão 32, “Os governos militares em nosso país podem ser associados a...”, e cotejá-las com respostas de outras perguntas, que permitem traçar diferentes perfis dos respondentes, em busca de variáveis relevantes para compreender os elementos de memória social, consciência histórica e cultura política dos estudantes. A questão 32 tem sete frases⁴ que são avaliadas pelos sujeitos marcando uma das alternativas (discordo totalmente, discordo, nem concordo nem discordo, concordo e concordo totalmente, que são transformadas, para fins de cálculo, respectivamente nos números -2, -1, 0, 1 e 2; as respostas ausentes são ignoradas nos cálculos).

A leitora ou o leitor devem ter notado que a primeira e a última frase que são tipicamente apologéticas da ditadura militar brasileira (a primeira porque adere a termos (des)qualificadores de sujeitos e situações que foram usados pela ditadura e seus apoiadores políticos desde então, e a segunda porque um período isento de corrupção na política e no governo não passam de propaganda política). As demais indicam processos que efetivamente aconteceram no período, ainda que contraditórios entre si. A ditadura militar, por exemplo, efetivamente teve períodos de intenso desenvolvimento econômico (ape-

sar de seus condicionantes perversos) e outros de crise econômica. Não se trata, então, de esperar que o estudante “acerte” respostas, mesmo porque não é para isso que funciona a escala de Likert, também chamada de escala de atitudes. O que interessou ao projeto foi entender as associações mais importantes que cada sujeito faria com o período militar, de modo a obter um esboço do pensamento e do sentimento geral quanto a esse processo que segue tão decisivo na atualidade para o estabelecimento do pensamento e das atitudes políticas dos indivíduos e grupos.

Antes de seguir diretamente para a análise, cumpre afirmar ainda que, em que pesem alguns casos aberrantes residuais (por exemplo, marcações tanto contrárias quanto favoráveis à ditadura numa mesma resposta, respostas incompletas etc.), típicos de uma amostra tão extensa, as respostas obtidas são significativamente coerentes. Quando rodamos o cálculo do fator de correlação, neste caso o rô de Spearman,⁵ percebemos que se correlacionam positivamente entre si, de forma significativa e fora da margem de erro, por um lado, as frases contrárias ao regime ditatorial (32.3, 32.4 e 32.5), e por outro lado, as frases positivas quanto ao mesmo período (32.1, 32.2, 32.6 e 32.7). Além disso, quando traçamos o coeficiente de relação entre as afirmações dos grupos diferentes acima, a correlação é nula ou negativa, do que se conclui que a maioria dos respondentes tende a se posicionar de modo coerente quanto ao processo histórico em tela.

Outro quadro prévio ao qual recorreremos no restante do texto é a distribuição típica das respostas dessa amostra. Em todas as variações que pudemos observar, os respondentes tendem a se posicionar dentro de três grupos aproximadamente do mesmo tamanho: contrários à ditadura, neutros e favoráveis à ditadura. O fato de eles terem aproximadamente o mesmo tamanho em cada situação estudada faz com que as médias aritméticas das respostas sejam sempre próximas de zero (neutras), mas sempre com leve vantagem para a posição favorável à ditadura. Nisso, a amostra brasileira difere bastante das amostras argentina e uruguaia, em que os resultados médios se afastam mais da neutralidade, tendendo significativamente à rejeição das ditaduras. Por outro lado, as amostras de Chile, Colômbia e Peru são mais parecidas com a brasileira, porém mais intensas, em média, ao pender para o lado das ditaduras militares.

REPRESENTAÇÕES SOBRE A DITADURA

Esse quadro brasileiro de posicionamento dos estudantes quanto aos significados e representações sobre a ditadura visto acima não é novidade. Em estudos anteriores (CERRI, DUARTE, 2012; CERRI, 2016), já se constatava a tendência descrita na introdução, com poucas variações, de forma aleatória, as quais podem ser creditadas às diferenças de amostra ou aos períodos de coleta de dados.

A produção acadêmica sobre a aprendizagem de estudantes quanto à ditadura militar brasileira é relativamente pequena, mas significativa. Sem pretensões de um levantamento exaustivo, podemos constatar que a preocupação com o ensino e a aprendizagem da ditadura militar é um tema presente na produção do campo, em pelo menos três vertentes: os textos que lidam com o ensino de história durante o período, o que corresponde a uma história do ensino de história, os textos que investigam formas de aprimorar o ensino escolar e extraescolar sobre o período, tanto em perspectiva metodológica quanto em termos do debate teórico, e os textos que se ocupam em levantar as ideias e representações dos estudantes sobre o período. O primeiro grupo surgiu já nos anos 1990, diante de um contexto histórico em que cumpria detalhar o que tinha sido o ensino de história durante a ditadura, para contrastá-lo com o ensino de história que era preciso construir no processo de redemocratização. A obra referência desse grupo é o livro *Caminhos da História Ensinada*, de Selva Guimarães Fonseca, decorrente da tese de doutorado da autora (FONSECA, 1993), mas o enfoque também foi posteriormente desenvolvido em trabalhos como os de Ciampi e Cabrini, Martins, Fonseca e Cerri, reunidos no livro organizado por este último (2005).

O grupo de produções caracterizado por buscar alternativas, materiais e métodos para problematizar e aprimorar o ensino da história do período da ditadura militar é mais recente no tempo, e pode ser exemplificado pelos trabalhos de Brito, Silva e Soares (2014), Quinan e Carvalho (2015), Matte (2015), Fronza (2019), Araújo (2021), Cruz (2021), Lima e Silva (2023), Nunes (2018, 2020), Menegasso e Perinelli Neto (2022), Giovanette (2023), Santos (2023), entre outros.

O grupo de textos que se dedica a recuperar e sistematizar os resultados da aprendizagem dos estudantes e professores sobre a ditadura militar reflete

o progressivo deslocamento dos estudos da área do âmbito do ensino para o âmbito da aprendizagem. Entre eles, podemos destacar Castex (2008), Ávila (2015), Dias (2016), Pires e Silva (2017), Silva (2019), Becker e Urban (2021), Carvalho (2021), Schactae e Szesz (2022), Silva (2022) e Janz (2023). O primeiro dado comum aos trabalhos, à exceção de Janz, é a metodologia qualitativa e a pesquisa com pequenas quantidades de participantes, geralmente algumas dezenas. Outro aspecto, que decorre do primeiro, é que as conclusões, embora relevantes e significativas, aplicam-se aos casos específicos analisados, e não estabelecem panoramas amplos sobre a situação da aprendizagem, das representações, das ideias prévias dos estudantes. É para completar essa lacuna que este trabalho pretende colaborar, juntamente com a pesquisa de Janz.

VALA COMUM DA LEMBRANÇA

Em setembro de 1990, no Cemitério de Perus, na capital paulista, numa necrópole administrada pelo município, foi revelada uma vala comum com cerca de duas mil ossadas não identificadas, do período da ditadura militar. Os exames mostraram que a ideia de que eram restos mortais de indigentes não tinha base: dentes de ouro, sinais de tortura, marcas de tiro típicas de execuções levaram ao estudo de medicina forense que identificou pelo menos 20 desaparecidos políticos, assim como outras vítimas dos esquadrões da morte que sucederam as forças policiais da repressão em seus crimes clandestinos. O local das valas era um apazível gramado com árvores esparsas, sob as quais estava enterrada uma história de horror. Os resultados da presente pesquisa, de certa forma, levam os autores a um sentimento parecido com o da descoberta da vala de Perus: sob a aparente calma e silêncio, segue presente, na mentalidade de muitos estudantes, os restos vivos do pensamento antidemocrático e politicamente violento fomentado na prática pelos 20 anos de ditadura que assolaram o país.

A questão 32 do questionário de estudantes do projeto Residente se referiu especificamente ao período em foco. Na sequência do comando “os regimes militares em nosso país podem ser associados a:” foram elencadas sete afirmativas nas quais os estudantes deveriam marcar o seu grau de concordância,⁶ indo de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”, e essa escala foi convertida em números variando entre -2, -1, 0, 1 e 2, respectivamente. O

gráfico 1 compara as respostas médias dos estudantes com as dos professores na amostra brasileira.⁷

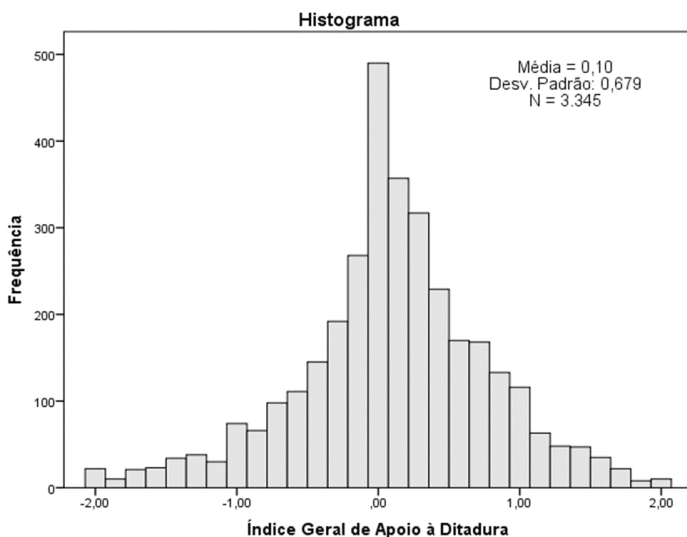
Gráfico 1 – Médias das respostas de estudantes e de professores na amostra brasileira



Fonte: Dados do projeto Residente organizados pelos autores, 2019.

Para dinamizar a análise bem como tornar possível a exposição de resultados dentro do espaço disponível para este texto, optamos pela estratégia da redução de complexidade e compusemos um índice geral de apoio à ditadura militar, resultante da média aritmética de todas as respostas, após um tratamento inicial.⁸ Se o estudante não escolheu uma resposta para uma ou mais afirmações, o seu caso é retirado do cálculo, e por isso o N fica menor que o número total de respondentes. O Gráfico 2 apresenta a distribuição do índice na amostra e indica que se trata de uma distribuição que tende a normal, com grande concentração de respostas em torno da média e diminuição de casos conforme nos aproximamos das extremidades.

Gráfico 2 – Distribuição do Índice Geral de Apoio à Ditadura Militar*



* Média aritmética a partir das respostas na escala de Likert, variando de -2 a 2. Desvio padrão calcula o grau de dispersão do conjunto de dados: quanto maior o desvio padrão, menos homogêneo é o conjunto, e vice-versa. A letra N representa o número de casos que puderam ser aproveitados para os cálculos do gráfico acima.

Fonte: Dados do projeto Residente organizados pelos autores, 2019.

O índice pretende documentar o quanto os estudantes associam os governos militares com elementos positivos e negativos. A maior parte das afirmações é verdadeira, embora possam ser contraditórias entre si, indicando que se referem a períodos diferentes, exceto as que usam o vocabulário claramente propagandístico do regime (combate a terroristas, manutenção da ordem, período sem corrupção). Assim, o aluno pode marcar tanto que associa os governos ao intenso desenvolvimento econômico quanto que é um período de crises econômicas e aumento da dívida externa, porque as duas coisas de fato aconteceram em momentos diferentes e, portanto, marcar valores diferentes para uma ou para outra mostra a que o sujeito mais associa o regime militar. Dizendo de outro modo, trata-se de um levantamento das representações/associações predominantes sobre o período e o grau de adesão a

elas. O índice procura estabelecer, mesmo que de forma geral e inicial, uma síntese da postura de cada sujeito sobre a ditadura, com o que por um lado perdem-se os detalhes, mas por outro ganha-se o conhecimento sobre a tendência central da representação do estudante sobre o tema. Não se trata de um indicativo de apoio a ditaduras em geral, pois se limita às representações históricas de um período específico, e por isso há índices positivos entre jovens que manifestam tendências maiores tanto ao autoritarismo quanto à democracia, embora tenhamos verificado uma leve tendência de que os jovens com mais afinidade com enunciados autoritários apresentem índices maiores de apoio à ditadura militar.⁹

A média geral desse índice é 0,10 (dentro de uma escala, lembremos, entre -2 e 2), com desvio padrão bastante pequeno, quer dizer, as respostas estão concentradas em torno do valor médio, e a distribuição é praticamente normal, ou seja, a maioria dos resultados é próxima a zero, os resultados intermediários vão diminuindo conforme se afastam do zero e os resultados extremos são poucos. Isso mostra, por um lado, que há uma levíssima predominância de apoio à ditadura, mas em geral podemos dizer que há três grupos mais ou menos iguais na amostra brasileira, o que faz entender a média zero: um grupo que rejeita, um grupo que é indiferente e um grupo que apoia, em termos gerais, as narrativas da ditadura. Cabe então, a partir daqui, desagregar esse primeiro resultado em diferentes variáveis e observar as correlações que permitam identificar os componentes desse quadro.

No que se refere ao tipo de escola na qual o sujeito respondente estuda, verifica-se a seguinte ordem: o maior apoio médio à ditadura está entre as escolas públicas de periferia, seguida da escola pública central (ambas aqui com média positiva), diminuindo um pouco mais nas escolas particulares, um pouco mais ainda entre os alunos de escolas públicas de Educação de Jovens e Adultos e chegando a sua menor média de apoio entre os alunos de escolas particulares religiosas, estas três últimas com médias negativas. É importante destacar que em todos os casos trata-se de média muito próxima de zero, bem como média e mediana em zero, variando apenas na casa dos decimais, e exceto nas escolas particulares religiosas a moda e a mediana são iguais a zero, o que é um indicativo de uma distribuição normal em todos os casos, com levíssimas maiorias a favor ou contra os discursos da ditadura, respectivamente nos resultados positivos ou negativos.

Tabela 2 – Índice Geral de Apoio à Ditadura por tipo de escola*

Pública de periferia	N	Válidos	550
		Ausentes	122
	Média		0,1906
	Mediana		0,1429
Moda		0	
Pública central	N	Válidos	1865
		Ausentes	319
	Média		0,1350
	Mediana		0,1429
Moda		0	
Particular religiosa	N	Válidos	213
		Ausentes	36
	Média		-0,0597
	Mediana		0,0000
Moda		0,14	
Particular laica/ empr.	N	Válidos	505
		Ausentes	46
	Média		-0,0385
	Mediana		0,0000
Moda		0	
Pública EJA	N	Válidos	67
		Ausentes	21
	Média		-0,0405
	Mediana		0,0000
Moda		0	
Não informado	N	Válidos	145
		Ausentes	34
	Média		0,0542
	Mediana		0,0000
Moda		0	

* A mediana é o valor que está na metade da amostra, ou seja, que divide a amostra em duas partes iguais. A moda é o valor mais frequente nas respostas.

Fonte: Dados do projeto Residente organizados pelos autores, 2019.

A diferenciação, ainda que pequena, nos permite levantar hipóteses, em torno dos fatores que possibilitam uma impressão mais positiva, mais neutra, ou mais negativa. A primeira hipótese encontra base em uma presunção de condicionamento econômico, no sentido que, encarando um menor investimento, e maiores índices de investimento estatal, aventa-se que a diferença dialogue com essa diferenciação. Em um espaço público de menor investimento, em que os educandos têm menos acesso a outros elementos educativos, o posicionamento sobre a ditadura militar é ligeiramente mais favorável. Em espaços que a segurança pública pauta a vivência cotidiana, pode-se pensar que o apelo a uma memória de ordem em torno da ideia da ditadura militar brasileira encontre ecos mais fortes.¹⁰ Essa questão, entretanto, demanda mais aprofundamento e reflexão frente a outros dados do projeto, ou até mesmo a coleta de novos dados. Não se trata de um caminho simplificado de associação, no qual menos investimento significa necessariamente menor envolvimento com uma temática ou outra ou o fato de que a temática da ditadura seria menos ou mais ensinada nessa ou em outra escola, mas os números indicam que, no quadro geral, uma ligeira diferenciação se apresenta ao pesquisador.

Outro aspecto a considerar é o padrão de execução do currículo: nas escolas particulares, em que as famílias demandam resultados nos exames de acesso ao ensino superior, a tendência é que todo o conteúdo seja ministrado. Nas escolas públicas, que são historicamente mais suscetíveis a interrupções do calendário, faltas de professores e outras condições estruturais, somado ao predomínio de uma abordagem linear da História nos currículos (tanto nas públicas quanto nas particulares), haveria a tendência de não trabalhar ou trabalhar de modo aligeirado a história recente. Aqui se coloca a hipótese de que o pouco ou nenhum acesso ao estudo escolar da ditadura militar dificulta que o conhecimento dos docentes chegue aos alunos, de modo que não se tenha acesso às informações sobre as crises econômicas, torturas e desaparecimentos, bem como atos políticos autoritários tomados pelo regime. Essa percepção derivada da experiência educacional dos autores é corroborada em outras experiências, como a narrada por Silva (2022, p. 66). Outra possibilidade explicativa ainda é o fato de que os alunos de escolas públicas, por suas condições econômicas, tenham menos acesso a bens culturais em que a ditadura militar aparece como objeto, tema ou mesmo ambientação.

As hipóteses que apresentamos neste texto não podem ser desenvolvidas aqui, seja porque o espaço não permite o desenvolvimento de raciocínios com base em outros estudos estatísticos da mesma ou de outras bases de dados, seja porque são necessários outros métodos de obtenção de informações. De qualquer forma, elencamos ao final essas agendas de investigação, em busca de estimular o debate e a interlocução científica.

Quando desagregamos o índice por sexo (Tabela 3), confirma-se a tendência indicada em diversos outros estudos de que as pessoas do sexo feminino se caracterizam por muito menor apoio médio aos discursos da ditadura, sendo que nesse caso a média feminina é a metade da média masculina, embora ambas sejam significativamente baixas. No caso das pessoas que não responderam a pergunta sobre sexo, a média de apoio à ditadura é maior que os dois grupos anteriores, mas ainda muito baixa (mesmo porque o N é muito reduzido e não permite nenhuma conclusão). Uma hipótese que se apresenta para essa questão é que, no caso das meninas, sua experiência de vida prática, sendo marcada pela estrutura opressiva do patriarcado, influencie nesse tipo de posicionamento. Não necessariamente uma consciência elaborada em tor-

Tabela 3 – Índice Geral de Apoio à Ditadura por sexo

Masculino	N	Válidos	1554
		Ausentes	248
	Média		0,1342
	Mediana		0,1429
Moda		0,00	
Feminino	N	Válidos	1715
		Ausentes	305
	Média		0,0631
	Mediana		0,1429
Moda		0,00	
N. resp.	N	Válidos	76
		Ausentes	25
	Média		0,1673
	Mediana		0,0000
Moda		0,00	

Fonte: Dados do projeto Residente organizados pelos autores, 2019.

no de uma agenda feminista, ou o reconhecimento de tensões de gênero, classe ou raça, mas também, como se referiu em entrevista à revista *Época* a autora Margareth Rago, “o feminismo está na moda, virou pop”.¹¹ Pensando no ano de aplicação do questionário, é um momento de efervescência das discussões feministas na mídia, tanto pensando mulheres como sujeitos políticos, como agentes de consumo. Pesquisas mais elaboradas se fariam necessárias para melhor trabalhar com essa hipótese.

No que se refere à religião, notamos uma correlação positiva entre o maior reconhecimento da importância da religião para si com maiores médias de apoio à ditadura: trata-se de uma correlação significativa, ou seja, sem nenhuma margem de erro, mas ainda baixa. A correlação inversa ocorre no caso do interesse pela política: há uma correlação igualmente significativa (sig. igual a zero), porém fraca – a ponto de ser residual – entre o menor interesse pela política e o maior índice de apoio à ditadura, conforme se verifica na Tabela 4.

Tabela 4 – Índice de apoio à ditadura correlacionado com importância da religião, interesse pela política, interesse e percepção de utilidade do conhecimento histórico

			Índice Geral de Apoio à Ditadura	9. Qual a importância da religião para você?
Rô de Spearman	Índice Geral de Apoio à Ditadura	Coefficiente de correlação	1,000	,138**
		Sig. (bidirecional)		,000
		N	3345	3321
	9. Qual a importância da religião para você?	Coefficiente de correlação	,138**	1,000
		Sig. (bidirecional)	,000	
		N	3321	3862
			Índice Geral de Apoio à Ditadura	10. Qual o seu interesse pela política?

Continua na página seguinte

Continuação

Rô de Spearman	Índice Geral de Apoio à Ditadura	Coeficiente de correlação	1,000	-,022
		Sig. (bidirecional)		,208
		N	3345	3309
	10. Qual o seu interesse pela política?	Coeficiente de correlação	-,022	1,000
		Sig. (bidirecional)	,208	
		N	3309	3851
			Índice Geral de Apoio à Ditadura	Índice de História Útil
Rô de Spearman	Índice Geral de Apoio à Ditadura	Coeficiente de correlação	1,000	-,006
		Sig. (bidirecional)		,730
		N	3345	3263
	Índice de História Útil	Coeficiente de correlação	-,006	1,000
		Sig. (bidirecional)	,730	
		N	3263	3750
			Índice Geral de Apoio à Ditadura	Índice de História interessante
Rô de Spearman	Índice Geral de Apoio à Ditadura	Coeficiente de correlação	1,000	-,061**
		Sig. (bidirecional)		,001
		N	3345	3267
	Índice de História interessante	Coeficiente de correlação	-,061**	1,000
		Sig. (bidirecional)	,001	
		N	3267	3752

** Correlação significativa de nível 0,01.

Fonte: Dados do projeto Residente organizados pelos autores, 2019.

A partir dos anos 1990, o conservadorismo e mesmo o reacionarismo cristão cresceram exponencialmente nas igrejas evangélicas e católica. Os fenômenos da teologia do domínio (PEREIRA, 2023) e teologia da prosperidade (PENA e ZIENTARSKI, 2022) abalaram o cristianismo nacional e criaram os meios para a aliança dos cristãos mais conservadores com Jair Bolsonaro em 2018. Esse fator político-social-religioso, somado ao fato de que os setores neopentecostais são os mais dinâmicos e crescentes do cristianismo

no país, parece ser o que explica que, quanto maior a importância declarada da religião para o sujeito, maior tende a ser seu apoio à ditadura militar. Apesar disso, novamente, não é uma correlação forte e generalizada, quer dizer, não se pode dizer que ela ocorra em todos os casos ou que tenha o mesmo significado em todas as situações em que ocorre, mas é compatível com a radicalização à direita de uma parcela menor da população.

No tocante à representação da história como um conhecimento útil para a vida, não se verifica correlação alguma com o índice de apoio à ditadura, o que não é verdade para a correlação com a representação da história como conteúdo interessante: trata-se de uma correlação totalmente significativa, embora fraca e inversa, ou seja, quanto maior o apoio à ditadura, menor a representação da história como conteúdo interessante. Embora o cálculo de correlação não permita inferir que uma variável é a causa da outra, ainda é possível afirmar que há relação entre gostar de história e rejeitar os discursos da ditadura militar brasileira.

A variável seguinte na análise é a participação político-social (movimento estudantil, política partidária, movimento ambiental, de gênero, racial, grupos de jovens na igreja etc.). Quando desagregada a amostra em dois grupos por participação política, a média dos que declaram não ter nenhuma participação é o dobro da média dos que indicam ter alguma participação, embora ambas estejam próximas de zero, que é o valor intermediário na escala. Entretanto, quando a desagregação se refere à participação política partidária, a média dos que participam de partidos é um décimo da média dos que não participam, ou seja, temos uma correlação inversa entre a participação política e o apoio à ditadura. Já quando dividimos a amostra entre os que participam ou não do movimento estudantil, percebe-se que a média de apoio à ditadura dos que participam é ligeiramente menor do que a dos que não participam.

O que verificamos é que existe uma correlação inversa entre o ativismo e o apoio à ditadura, ainda que, como sempre, seja uma correlação fraca. Pode ser que exista um “desligamento” do aluno não participativo quando a esse conteúdo, e para investigar se é esse o caso, necessitamos fazer a mesma análise referente a outros conteúdos históricos. Mas parece claro que o ativismo torna o tema da ditadura visível e passível de posicionamento, como se a ação

Tabela 5 – Médias do índice geral de apoio à ditadura analisadas conforme a participação político-social dos respondentes

Nenhuma participação	N	Válidos	1233
		Ausentes	240
	Média		0,1470
	Mediana		0,1429
Moda		0,00	
Alguma participação	N	Válidos	2112
		Ausentes	338
	Média		0,0702
	Mediana		0,1429
Moda		0,00	
Não tem militância político-partidária	N	Válidos	3180
		Ausentes	548
	Média		0,1027
	Mediana		0,1429
Moda		0,00	
Tem militância político-partidária	N	Válidos	165
		Ausentes	30
	Média		0,0190
	Mediana		0,1429
Moda		0,14	
Não participa do movimento estudantil	N	Válidos	2261
		Ausentes	413
	Média		0,1079
	Mediana		0,1429
Moda		0,00	
Participa do movimento estudantil	N	Válidos	1084
		Ausentes	165
	Média		0,0789
	Mediana		0,1429
Moda		0,00	

Fonte: Dados do projeto Residente organizados pelos autores, 2019.

política e social contrastasse a visão e permitisse ver algo que sempre esteve ali, mas nunca tinha sido visto.

A média do índice de apoio à ditadura é quase dez vezes maior entre os jovens que erram (0,191) na ordenação cronológica de cinco processos da história nacional do que entre os que fazem essa ordenação corretamente (0,018). Apesar de um resultado residual e de um exercício relativo (a ordenação cronológica não corresponde diretamente a saber ou não o conteúdo, mas é um de seus componentes primários), esse resultado sugere que há ligação entre a competência com um elemento básico do saber histórico e o maior rechaço aos discursos da ditadura. Além disso, colabora com alguma base empírica à ideia de que o apoio à ditadura está relacionado ao pouco conhecimento histórico qualificado sobre o período, e sugere a hipótese de que o ensino mais detalhado sobre a ditadura militar poderia servir como profilaxia do pensamento antidemocrático.

A pergunta 33 do questionário foi de múltipla escolha. Perguntamos: “Quando você toma conhecimento de uma informação nova sobre a história, como você avalia se ela é verdade?”. Os estudantes tinham as seguintes alternativas: a) não é possível saber se é verdade, porque não existe verdade em história; b) cada um tem a sua verdade, então tudo pode ser verdade para uns e não ser verdade para outros; c) verifico se tem base em fontes confiáveis e na opinião dos historiadores e professores de história. Desagregando a amostra conforme a resposta dada a essa pergunta, vemos que os que negam a possibilidade de verdade têm média 0,147, os que afirmam que a verdade é individual têm média 0,16, e os que apontam a necessidade de consultar especialistas apresentam uma média de 0,066. Então, também de modo não intenso, nota-se que o relativismo vulgar colabora com a adesão à ditadura, enquanto o método histórico prejudica essa adesão, pelo menos parcialmente. A média dos que avaliam a veracidade de uma informação histórica por meio de fontes confiáveis é menos da metade daqueles que não consideram a verdade histórica possível ou afirmam que a verdade histórica varia totalmente conforme o ponto de vista. Não devemos confundir, entretanto, a popularização negligente de uma ideia relativista sobre a história com a discussão mais rigorosa no campo da ciência histórica, que põe em debate a relatividade dos pontos de vista como um elemento de problematização da pesquisa e da produção do conhecimento. O relativismo rasteiro, por sua vez, está na base da formação

de “bolhas” de opinião pública que são incomunicáveis entre si e que ameaçam inviabilizar a educação e a própria política democrática como exercícios dialógicos.

Quanto à projeção de ideias sobre o passado e o futuro, foi possível notar que quanto mais o sujeito avalia que as últimas décadas no país foram democráticas, mais tende a apoiar os discursos sobre a ditadura, o mesmo se dando com a avaliação das últimas décadas como um período de prosperidade e riqueza e um período pacífico. Podemos estar diante tanto de um desbotamento do conceito de democracia quanto de memórias dissonantes sobre a situação econômica do país, de modo que a escassez de conhecimento sobre a realidade histórica recente acaba sendo substituída por fatores afetivos e de memória pessoal e familiar. De qualquer forma, aqui percebemos a relação entre o movimento da consciência histórica, ou seja, a atribuição de sentido ao tempo em suas várias dimensões, e o tema da ditadura. Quanto mais se considera que a vida no país há 40 anos era democrática, mais se apoia a ditadura (coeficiente de correlação de Spearman de 0,101 e sig. igual a 0,0), e quanto mais se considera que era próspera e rica, mais se apoia a ditadura (coeficiente de correlação de Spearman de 0,096 e sig. igual a 0,0).

Por fim, partimos da hipótese de que o maior apoio da ditadura militar vem de uma maior consideração da história ensinada fora da escola, nas falas de outros adultos que não os professores, como pais e avós. Verificamos que não há correlação entre o índice de apoio à ditadura e a consideração da fala dos professores como fonte confiável para conhecer a história (coeficiente de correlação de Spearman de 0,0 e sig. igual a 0,978), nem com a consideração da opinião de historiadores profissionais (coeficiente de correlação de Spearman de -0,012 e sig. igual a 0,504). Entretanto, verificamos correlação fraca entre o apoio à ditadura e a consideração de que as falas de outros adultos são confiáveis para aprender a história (coeficiente de correlação de Spearman de 0,141 e sig. igual a 0,0). Nas médias gerais, devemos destacar que as médias de confiança nos professores e nos historiadores como fonte para aprender história são maiores do que as falas de outros adultos. Em outros termos, essas fontes não apresentam sinais de competirem de forma relevante entre si na formação de opinião sobre a ditadura, embora não sejam equivalentes.

CONCLUSÃO

Consideramos que a primeira questão que os resultados deste trabalho impõem para a reflexão sobre o ensino de História na atualidade brasileira tem a ver com a prioridade do ensino de história recente. Consideramos que este texto somou argumentos a favor da priorização desse tipo de conteúdo nos currículos escolares. O período da ditadura militar é uma parte significativa da história brasileira, que moldou profundamente a identidade do país e de seus cidadãos. Compreender esse período é essencial para entendermos quem somos como nação e como chegamos ao ponto atual. Isso é mais do que afirmar que tal ou qual tema ou conteúdo são importantes, porque em História tudo tem sua relevância: trata-se de estabelecer a lista do que é prioritário no sentido de desenvolver a consciência sobre os direitos humanos e a democracia a partir de uma bagagem histórica sólida. O estudo da ditadura militar no Brasil permite que os alunos compreendam as violações dos direitos humanos e as ameaças à democracia que ocorreram durante esse período. Isso os capacita a valorizar e defender os princípios democráticos e os direitos fundamentais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Enfrentar o passado recente, incluindo os abusos cometidos durante a ditadura militar, é fundamental para promover a reconciliação nacional e construir uma memória coletiva mais completa e precisa. Isso é essencial para superar divisões sociais e promover a justiça e a paz em uma sociedade democrática.

Destacamos ainda a necessidade de cuidado com uma história negligente, que se vale do relativismo discursivo e impõe sérios problemas para o ensino, na medida em que tende a eliminar a possibilidade da educação como comunicação e diálogo. O relativismo cultural e sua vertente na discussão histórica reconhece que diferentes sujeitos e culturas têm diferentes normas, valores e práticas, e defende que devemos tentar entender e respeitar essas diferenças, bem como incluir conhecimentos legítimos produzidos fora do âmbito da ciência. Essa postura promove o respeito pela diversidade cultural, que é importante respeitar e valorizar, uma vez que são gerados de modo sincero e de boa fé, bem como promove o diálogo intercultural e combate o etnocentrismo. Por outro lado, o relativismo absoluto, que nega a existência de qualquer padrão objetivo ou universal para avaliar as práticas culturais ou os discursos históricos, pode levar a algumas consequências problemáticas,

como vimos acima, entre as quais se incluem a tolerância excessiva com discursos e práticas prejudiciais, a incapacidade de autocritica das próprias concepções históricas, a séria dificuldade em resolver conflitos de pontos de vista e construir consensos mínimos, que são a base de uma historiografia intersubjetiva e constantemente avaliada, sem a qual é impossível o desenvolvimento do conhecimento histórico nas sociedades.

O trabalho com as diferentes variáveis que compõem os múltiplos perfis dos estudantes neste texto indicou, entre outros aspectos, a necessidade de conhecer os alunos e tratá-los do modo mais personalizado possível, para que os resultados de aprendizagem sejam otimizados para todos. Essa posição demonstra a infelicidade dos projetos de ensino que regridem para uma concepção fabril e fordista de escola, em que todos são levados a abordar as mesmas coisas do mesmo modo o tempo todo, ou seja, os desiguais são tratados igualmente, o que aprofunda a desigualdade, como ocorre dentro dos projetos de plataformização da Educação em desenvolvimento, por exemplo, no Paraná e em São Paulo, no momento atual, decorrentes de uma mesma orientação político-educacional neotecnicista e conservadora, apesar de sequestrar termos e valores da educação progressista, sem trazer seu conteúdo, valores e posicionamentos.

A diferença gritante das médias dos professores com as médias dos alunos sobre a ditadura militar, e o fato de que aqueles são preparados a partir do conhecimento atual disponível sobre o período na ciência histórica, indica para nós que, das duas, uma: ou os docentes são constrangidos por diversos motivos a não abordar essa temática ou, também por motivos a definir, não têm sido capazes de trabalhar esse conteúdo apropriadamente. Entre os motivos possíveis estão a falta de tempo hábil para chegar a esse período considerando a linearidade dos conteúdos nos currículos, e as ameaças político-ideológicas à liberdade de cátedra por parte de pais e comunidades reacionárias, bem como por políticos oportunistas.

Este texto, por fim, deixa em aberto algumas agendas de pesquisa que podem contribuir para a confirmação ou abandono de hipóteses que levantamos e para a melhor compreensão das características da aprendizagem histórica sobre a ditadura militar. De uma forma geral, os resultados aqui encontrados podem ser base para perguntas e hipóteses a testar a partir de métodos quantitativos, alternando e complementando mutuamente as potencialidades

de cada família metodológica para a elucidação das questões. A hipótese, por exemplo, de que a história recente e a ditadura militar são pouco ensinadas nas escolas precisa ser confirmada de modo inequívoco por meio de outras técnicas de produção de informações.

Uma pesquisa que trabalhe a aprendizagem histórica e suas especificidades cognitivas e temáticas considerando as diferentes condições socioeconômicas dos estudantes também é uma perspectiva fundamental para seguir adiante com a discussão da hipótese de que determinados conteúdos são mais ou menos valorizados conforme o tipo de escola que estivermos observando. Impõe-se aqui um redobrado cuidado para evitar os possíveis danos ao não controlar possíveis preconceitos de classe ou de origem no estabelecimento das diversas fases da investigação.

Vale a pena também explorar a correlação encontrada nesta pesquisa entre maior conhecimento histórico e competência em mobilizar esses conhecimentos em tarefas simples com a rejeição da ditadura militar e seus discursos. Isso pode ser feito a partir de um pré-teste em que as opiniões sobre o período sejam cotejadas com o sucesso na resolução de questões avaliativas sobre conhecimentos e capacidades de mobilização do conhecimento histórico de uma forma mais ampla do que fizemos aqui.

No que tange à religião e à religiosidade, o tema merece um tratamento de pesquisa mais detalhado, de modo a capturar as diferentes nuances de cada identidade religiosa e em função da história política recente. É necessário ir além do que coletamos aqui para chegar à especificidade das confissões religiosas, das características da efetiva prática religiosa e dar conta das nuances de posicionamento dentro das mesmas religiões. O mesmo se aplica à participação político-social, em que precisam ser considerados os matizes referentes à participação social de menor peso político, as diferenças entre movimentos sociais tradicionais e os novos movimentos sociais, bem como os condicionantes que a vivência nas redes sociais digitais estabelece para o ativismo dos jovens.

Por fim, o fato de que não encontramos correlações expressivas entre interesse e utilidade da história e o apoio à ditadura militar precisa ser testado em relação a outros períodos e temas históricos para avançarmos no conhecimento das relações entre os conteúdos e sua capacidade de se associar com maior ou menor valorização do conhecimento histórico para o aluno. Em conclusão, a investigação das interações entre estudantes, o ensino da his-

tória e as atitudes em relação à ditadura militar revela a necessidade premente de uma abordagem acadêmica contínua e rigorosa para compreender as complexidades subjacentes a esse tema. É evidente que as percepções dos alunos são influenciadas por uma diversidade de variáveis contextuais e individuais, que exigem uma análise aprofundada e multidisciplinar.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. L. de. O meme como fonte para a abordagem histórica de temas traumáticos em sala de aula: representações sobre a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: *Anais do 31o. Simpósio Nacional de História*, 2021.
- ÁVILA, B. L. T. O que foi o regime militar para você? – Ideias históricas de alunos do ensino médio de Londrina - PR sobre o período entre 1964 e 1985. Goiás: *Anais do Congresso Internacional das Jornadas de Educação Histórica*, 2015.
- BAETS, Antoon De. Uma teoria do abuso da História. *Revista Brasileira de História*, v. 33, p. 17-60, 2013.
- BECKER, G.; URBAN, A. C. A Ditadura civil-militar e a democracia no Paraná na perspectiva da Educação Histórica. *História & Ensino*, v. 27, n. 1, p. 77-92, 16 ago. 2021.
- BRITO, D. F.; SILVA, G. de S.; SOARES, M. A. N. A ditadura militar em Londrina desenvolvida por meio de aula oficina. Foz do Iguaçu: *II Seminário Estadual PIBID Paraná*, 2014.
- CARVALHO, A. O ensino da ditadura civil-militar no tempo presente pelo olhar dos professores mestres do ProfHistória. *Revista Tempo e Argumento*, v. 13, n. 33, p. e0103-e0103, 31 ago. 2021.
- CASTEX, L. C. *O conceito substantivo ditadura militar brasileira (1964-1984) na perspectiva de jovens brasileiros: um estudo de caso em escolas de Curitiba - PR*. 2008. 184 f. Mestrado acadêmico em Educação – UFPR, Curitiba, 2008.
- CERRI, L. F. Un bosque encima de la fosa común: dictaduras en la memoria de los jóvenes. In: SÁNCHEZ, L.; SÁNCHEZ, M.; GRÉGOIRE, G. *La enseñanza de la historia en debate: ¿enseñar desde el presente o para el presente?* 1. ed. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2016, p. 81-97.
- CERRI, L.F.; DUARTE, G.R. Política e consciência histórica em jovens brasileiros, argentinos e uruguaios. *Diálogos*. v. 16, supl. espec., p. 229-256, dez. 2012.
- CERRI, L.F. Ensino de História e cidadania no regime militar: características e um

- caso característico. In: CERRI, L.F. (Org.). *O ensino de História e a ditadura militar*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005, p. 106-133.
- CIAMPI, H.; CABRINI, C. Ensino de História: histórias e vivências. In: CERRI, L.F. (Org.). *O ensino de História e a ditadura militar*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005, p. 01-16.
- CLETO, M. Quem tem medo de outra História? *Revista Fórum*, Porto Alegre, n. 230, 2016.
- CRUZ, F. de S. *Diálogos com as memórias: uma operação histórica*. 2021. Mestrado profissional em ensino de História – UFS, Aracaju, 2021.
- CUNHA, M. F. Brasil pós-64: entre sons e fúria. In: CERRI, L.F. (Org.). *O ensino de História e a ditadura militar*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005, p. 68-105.
- DIAS, A. S. G. *Educação histórica : uma experiência através de narrativas de jovens incorporados ao exército brasileiro*. 2016. Mestrado Profissional em História – FURG, Rio Grande, 2016.
- ESCOLA de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo. Grupo de Políticas Públicas para Acesso à Informação. *Manifestação “em defesa do Estado democrático de direito”*. São Paulo, 25 de fevereiro (Relatório). São Paulo, s. ed., 2024.
- FIÚZA, A. F. A canção popular e a ditadura militar no Brasil. In: CERRI, L.F. (Org.). *O ensino de História e a ditadura militar*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005, p. 01-16.
- FONSECA, S. G. *Caminhos da História ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.
- FONSECA, T. N. de L. O ensino de História no Brasil: concepções e apropriações do conhecimento histórico (1971-1980). In: CERRI, L.F. (Org.). *O ensino de História e a ditadura militar*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005, p. 35-54.
- FRONZA, M. As histórias em quadrinhos e a Ditadura militar brasileira: a triangulação metodológica como critério investigativo das ideias históricas de jovens brasileiros. *Educar em Revista*, v. 35, p. 69-92, 9 mai. 2019.
- GIOVANETTE, M. de F. *Universidade do Estado do Rio de Janeiro Centro de Educação e Humanidades Faculdade de Formação de Professores*. 2023. Mestrado acadêmico em História – UERJ, São Gonçalo, 2023.
- JANZ, R. C. Relações entre a utilidade do conhecimento histórico e posicionamento de jovens estudantes brasileiros acerca dos governos militares: uma análise quantitativa, a partir dos dados do “Projeto Residente”. *Vozes, Pretérito & Devir: Revista de história da UESPI*, v. 16, n. 1, p. 285-299, [S.d.].
- LIMA, R. A. de; SILVA, S. M. de M. A sedução negacionista na linguagem dos memes

- como problema para o ensino de história da ditadura militar. *Revista Aedos*, v. 15, n. 34, 12 set. 2023.
- MATTE, D. A. *As ideias históricas de alunos da oitava série do Ensino Fundamental sobre a ditadura militar*. 2015. Mestrado Profissional em História – FURG, Rio Grande, 2015.
- MARTINS, M.C. Currículo e cultura na ditadura militar brasileira: demarcação do espaço de atuação do professor. In: CERRI, L.F. (Org.). *O ensino de História e a ditadura militar*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005, p. 17-34.
- MENEGASSO, A. M.; NETO, H. P. Ensino de História e ditadura civil-militar brasileira (1964/1989): a representação cinematográfica dos grupos de resistência. *História & Ensino*, v. 28, n. 2, p. 106-128, 30 dez. 2022.
- NUNES, F. de L. Ensino de História da ditadura civil-militar: fontes históricas e Comissão Nacional da Verdade. *Sillogés*, v. 3, n. 1, p. 272-300, 23 jul. 2020.
- NUNES, F. de L. *Para não esquecer : ensino de História e empatia histórica a partir da escrita de biografias de desaparecidos políticos da ditadura civil-militar brasileira*. 2018. UFRGS, Porto Alegre, 2018.
- PACIEVITCH, C. Posições políticas de professores de história: seis anos depois, o que mudou? In: CERRI, L.F. (Org.). *Cultura Histórica, Cultura Política e Ensino em Nuestra América*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2022, p. 415-432.
- PENA, A. A. P.; ZIENTARSKI, C. Cristianismo de libertação, teologia da prosperidade e as perspectivas da luta de classes no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 27, p. e270022, mai. 2022.
- PEREIRA, E. Teologia do Domínio: Uma chave de interpretação da relação política evangélico-bolsonarista. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 76, p. 147-173, 25 abr. 2023.
- PIRES, E. P.; BERETTA, C. Ditadura militar e relações de gênero: problematizando o ensino de História por meio das ideias históricas de estudantes do Ensino Médio. *Fronteiras*, v. 29, p. 8-27, 2017.
- QUINAN, L. G.; CARVALHO, A. Conhecimento histórico escolar, consciência histórica e a função social do historiador: uma reflexão a partir do ensino da ditadura militar na educação básica. *Revista TransVersos*, v. 4, n. 4, p. 116-126, 30 set. 2015.
- SANTOS, A. L. dos R. *Lúcia Maria de Souza, mulheres militantes e Ditadura Militar: narrativas vivenciais no ensino de história*. 2023. Mestrado profissional em ensino de História – UERJ, Rio de Janeiro, 2023.
- SCHACTAE, A. M.; SZESZ, C. M. E nos dias de hoje, querem que volte esta época: o anticomunismo em narrativas de estudantes sobre Ditadura Militar. *Revista Espacialidades*, v. 18, n. 1, p. 75-96, 11 abr. 2022.

SILVA, J. V. de F. *Ditadura militar no Brasil: a consciência histórica de estudantes de uma escola pública*. 2022. Mestrado profissional em ensino na educação básica – UFG, Goiânia, 2022.

SILVA, L. S. *Ensinar e aprender a história da ditadura civil-militar de 1964 : as narrativas de adolescentes-jovens no sertão alagoano*. 2019. Mestrado acadêmico em História – UFRPE, Recife, 2019.

SILVA, Marcos. “Tudo que você consegue ser” - Triste. BNCC/ História (A versão final). *Ensino em Re-Vista*, Uberlândia, v. 25, n. Especial, p. 1004-1015, 2018.

NOTAS

¹ Pesquisa desenvolvida com recursos do CNPq.

² Disponível em <https://www.monitordigital.org/wp-content/uploads/2024/02/relatorio-ato-25-fevereiro.pdf>.

³ Para acessar os questionários, resultados e publicações do projeto, acesse <https://www2.uepg.br/gedhi/projeto-residente>.

⁴ 32.1 - Combate ao terrorismo para manutenção da ordem; 32.2 - intenso desenvolvimento econômico; 32.3 - tortura e assassinato de opositores; 32.4 - não levar em conta a opinião do povo para governar; 32.5 - crises econômicas e aumento da dívida externa; 32.6 - um período de maior segurança pública; 32.7 - um período sem corrupção na política e no governo.

⁵ A correlação em estatística refere-se à medida da relação entre duas variáveis, e descreve a força e a direção do relacionamento entre essas variáveis. Se a correlação entre duas variáveis é positiva, significa que elas tendem a aumentar ou diminuir juntas. Por outro lado, se a correlação é negativa, indica que uma variável tende a aumentar enquanto a outra diminui, ou vice-versa. A correlação é geralmente quantificada utilizando um coeficiente de correlação, sendo o mais comum o coeficiente de correlação de Pearson. Esse coeficiente varia de -1 a 1, onde -1 indica uma correlação negativa perfeita, 1 indica uma correlação positiva perfeita, e 0 indica nenhuma correlação linear. Quanto mais próximo o valor absoluto do coeficiente estiver de 1, mais forte é a correlação entre as variáveis. Para nosso estudo, utilizaremos o coeficiente de correlação chamado de ρ de Spearman, mais apropriada quando suas variáveis não são contínuas ou quando a relação entre elas não é linear, ou seja, se uma variável aumenta, a outra também aumenta (ou diminui), mas não necessariamente a uma taxa constante. A correlação de Spearman é útil quando os dados estão em uma escala ordinal, que é o caso aqui.

⁶ Combate ao terrorismo para manutenção da ordem/ Intenso desenvolvimento econômico/ Um período de maior segurança pública/ Um período sem corrupção na política e no governo – quanto maior o número da resposta, maior apoio. Tortura e assassinato de opo-

sitores/ Não levar em conta a opinião do povo para governar/ Crises econômicas e aumento da dívida externa – quanto maior o número da resposta, menor o apoio.

⁷ Vide Pacievitch (2022).

⁸ As respostas às afirmações que tinham uma escala contrária à ditadura (quer dizer quanto mais concordância com elas menos isso significava apoio à ditadura) foram multiplicadas por -1, para deixar todos os resultados com o mesmo sentido numérico. Assim, o apoio à ditadura é representado pelos números positivos e a rejeição, pelos números negativos. Somadas todas as respostas de cada participante, o resultado é dividido pela quantidade de respostas (7) e o valor resultante é o índice para cada pessoa.

⁹ A tendência de posição política dos respondentes é estabelecida utilizando um conjunto de 34 afirmações referentes à vida social, individual, política e econômica, cujas respostas são organizadas em um plano cartesiano que é inspirado na bússola política (www.politicalcompass.org).

¹⁰ De fato, o grau de concordância com a afirmação de que é possível associar os governos militares com um período de maior segurança pública chega a ser o dobro nas escolas públicas (0,35 nas de periferia e 0,31 nas centrais) que nas escolas particulares (0,16 nas confessionais e 0,15 nas laicas). Aqui, é possível apontar uma influência da associação presente, no senso comum, do regime de ditadura militar com a maior segurança pública, como se um fosse derivativo do outro. Essa é uma retórica forte, especialmente nos últimos anos, e especialmente no ano de coleta dos dados, que foi o primeiro ano da gestão do presidente Jair Bolsonaro. Além disso, a classe média historicamente tem sofrido menos os problemas de segurança pública e violência policial.

¹¹ GARCIA, Sergio. Entrevista da Coluna VIDA, Margareth Rago. *Revista Época*. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dpuLP>. Acesso em: 13 mar. 2024.



Artigo submetido em 15 de março de 2024.
Aprovado em 21 de junho de 2024.